

Conselho muda para julgar Magalhães

De Brasília

PMDB e PSDB vão trocar os membros do Conselho de Ética do Senado inclinados a apoiar uma solução branda para os dois acusados de violação do painel de votações, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF, sem partido). A substituição será feita depois de 30 de junho, quando vence o mandato dos 16 componentes do Conselho. Hoje, numa votação secreta, Antonio Carlos teria o apoio dos cinco representantes do PFL, do senador Lauro Campos (DF, sem partido) e de Arruda, que é do Conselho e admite votar em causa própria. Os acusados precisariam apenas de um voto, que poderia ser buscado entre dois senadores do PSDB e quatro do PMDB.

A adesão de Antonio Carlos Magalhães à manobra para enterrar a CPI da Corrupção tornou matematicamente possível sua absolvição no dia 23, quando será votado o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ) propondo a abertura de processo contra ambos. Se a abertura do processo for aprovada nesta primeira votação, o caso irá à mesa do Senado e voltará ao Conselho para ser julgado, já com a nova com-

posição dos membros. Esta é a raiz do movimento para que seja aberta a votação do relatório de Saturnino. A decisão sobre a abertura do voto pode ocorrer já nesta quarta-feira, e sobre este assunto o voto será descoberto.

A estratégia para levar Antonio Carlos e o ex-líder José Roberto Arruda a julgamento, por quebra de decoro, depende do que Saturnino pedirá em seu relatório. Se ele propuser simplesmente que os dois sejam submetidos a processo por quebra de decoro, fica mais fácil argumentar pela votação aberta, como pede requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Se Saturnino insistir em antecipar sua sugestão de pena para os envolvidos (advertência, censura, suspensão ou perda do mandato), a defesa de Antonio Carlos e Arruda terá argumentos para insistir na votação secreta.

O voto aberto da maioria do Conselho, sem indicação de pena, levará o caso para mesa do Senado, onde será relatado pelo senador Antero Paes de Barros (PMDB-MT). O julgamento final ficaria por conta do novo Conselho de Ética, já expurgado pelas lideranças do PMDB e do PSDB, que atuam no caso em consonância com o Palácio do Planal-

to. O presidente Fernando Henrique Cardoso não esconde seu desejo de ver os dois senadores cassados, embora considere a questão de alçada do Senado.

O senador Lauro Campos, que rompeu com o PT e quer pena branda, não fica no próximo Conselho. A liderança do Bloco de Oposição já informou que pretende manter os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Heloísa Helena (PT-AL) como titulares. A vaga de Campos ficará para o PSB, que deve confirmar como titular o relator Saturnino, hoje suplente. O governo não

confia na disposição do PT para cassar Antonio Carlos, que aliou-se ao partido em várias disputas, mais um motivo para PMDB e PSDB insistirem em votações abertas antes do dia 30.

No PSDB, Osmar Dias (PR), é considerado voto de Antonio Carlos e tem os dias contados. Lúcio Alcântara (CE), pode permanecer no Conselho. No PMDB devem cair Nabor Junior (AC), que pediu para sair, Amir Lando (RO), que pediu e voltou atrás, e Ney Suassuna, em rota de colisão com a direção partidária. (RA)